

ATA DA 135ª ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DESCENTRALIZADO
Realizada em 26 de setembro de 2017

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às nove horas, iniciou-se a centésima trigésima quinta Assembleia Extraordinária Descentralizada do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/ PE, na Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde – AESA, localizada na Avenida Gumercindo Cavalcante, 538, São Cristóvão, Arcoverde – Pernambuco, com o objetivo de contribuir para fortalecimento dos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos de Crianças e Tutelares no exercício de suas funções Adolescentes e dos Conselhos institucionais, bem como definir mecanismo e estratégias que favoreçam a articulação local, regional e estadual dos referidos conselhos integradas ao Sistema de Garantias de Direitos, numa perspectiva de construção de rede com atuação municipal, regional e estadual. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros: Hemi Monique Vilas Boas de Andrade, titular do Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – CIEE/PE; Natuch Pinto de Lira, suplente do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC; Silvan José Gonçalves Ataíde, suplente da Secretaria de Defesa Social; Mallon Francisco Felipe R. de Aragão e Tarciana dos Santos Castelo Branco, titular e suplente da Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Itaquitinga – ADASE; Eduardo Gomes de Figueiredo, titular da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos- SJDH; Romero José da Silva, titular do Gabinete de Assessoria Jurídica das Organizações Populares – GAJOP; Edna Claudino Diniz Soares, titular da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG; Maria de Lourdes de Andrade Viana Vinokur e Danielle Bezerra Calado, titular e suplente do Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – CEDAPP/Pesqueira-PE. Registra-se também a presença da equipe técnica do CEDCA/PE: Evanilson Alves de Sá, sociopedagógico; Rosa Barros, Diretora Executiva; Gicélia Souza, Captação de Recursos; Jacqueline Bezerra, Assessora de Comunicação; Ana Leão, assessora Jurídica. Também compareceram à Assembleia Doutor Draulternani Melo Pantaleão, Juiz de Direito da Vara Regional da Infância e Juventude da Comarca de Arcoverde – PE; Regina Maria Manzi Araruna, Secretária de Assistência Social de Arcoverde; Socorro Vidal, Presidenta do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Arcoverde – PE. Registra-se ainda a presença de representantes dos seguintes municípios: Tupanatinga, Manari, Arcoverde, Pedra, Ibimirim, Sertânia, São José do Egito, Buíque, Pesqueira conforme consignado em ata. Dando início, o Mestre de Cerimônia, convidou para tomar assento à mesa de abertura o Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o representante de Tribunal de Justiça de Pernambuco, a Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Arcoverde, e a Secretária de Assistência Social de Arcoverde, todos acima nominados e passa a palavra para o conselheiro presidente do Cedca, Eduardo Figueiredo, que inicia destacando que o momento seria oportuno para uma pergunta: qual a importância do conselho de direitos e do conselho tutelar? Acrescenta que, guardando suas especificidades, o elemento chave é a união. Conselhos tutelares e de direitos precisam caminhar juntos! Chama a atenção dos presentes para a complexidade da conjuntura atual, destacando que a luta é para garantir o mínimo para que o direito continue existindo. Informa que com o objetivo de fortalecer os conselhos municipais, o CEDCA começa por Arcoverde, entrada do sertão, para adentrar a outros municípios e formular a política pública de garantias de direitos para crianças e adolescente, considerando as suas convergências e divergências. Prosseguindo, Dra. Socorro Vidal, destaca o seu histórico de militância no Município de Arcoverde, afirma ser recém-chegada ao CMDCA, mas aposta na união dos

conselhos instalados no município para superar as dificuldades encontradas. Em seguida, Dr. Draulterrandes Pantaleão, registra que milita no campo das infâncias há catorze anos, e, apesar das dificuldades, verifica avanços. Destaca que no cotidiano conta com a valiosa contribuição do Conselho Tutelar e do Ministério Público Estadual, instituição da qual é egresso, apesar dos reiterados pedidos da promotoria de justiça para fechar a unidade da FUNASE, instalada no município, com quase cinquenta internos, necessitando urgentemente de construção de uma nova unidade. Destaca a importância da iniciativa do CEDCA/PE, e encerra afirmando que o momento é para se pensar e agir juntos. Prosseguindo com as falas, a Secretária de Assistência Social de Arcoverde afirma que os dias são sombrios, destaca que em 2016 se deu a instalação da luta em defesa do sistema único de Assistência Social – SUAS e, naquele momento, não se imaginava que em 2017 os dias seriam mais perversos. Convoca a todos para aderirem a mobilização do dia 28, com o objetivo de conter a política de desmonte da assistência. Com relação a política de garantia de direitos de crianças e adolescente, um dos caminhos, é o fortalecimento dos conselhos. Desfeita a mesa de abertura, o Presidente do CEDCA/PE assume a condução dos trabalhos e solicita aos conselheiros estaduais e a equipe técnica do conselho que se apresentem e, em seguida, solicita que os conselheiros tutelares e direitos dos nove municípios presentes se apresentem. Prosseguindo com a pauta, a conselheira e vice-presidente do CEDCA/PE, Lourdes Vinokur, inicia exposição dialogada com a seguinte temática: CEDCA/PE - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Quem somos? Onde estamos? Aonde queremos chegar? Na exposição, a Conselheira dividiu a fala em três momentos enfocando os marcos constitutivos do conselho, sua trajetória e realizações, e, por fim, elencou alguns desafios a serem enfrentados, ressaltando, que naquele momento o conselho enfrenta um dos seus grandes desafios: se aproximar dos conselhos municipais e dos conselhos tutelares. Em seguida, o conselheiro Romero Silva discorreu sobre o papel do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e mecanismos de atuação em rede. O conselheiro destacou a importância do SGD na efetivação de direitos de crianças e adolescente, chamando a atenção para demarcar a função de cada órgão que integra o referido sistema, deixando claro a necessidade da articulação e do trabalho em rede, como mecanismo produtivo para qualificação da política. Finda a apresentação, é aberto o debate que se inicia com a fala do Presidente do Conselho Municipal de Pedra, propondo que a captação de recursos seja a principal pauta a ser aprofundada no âmbito municipal. Acrescenta que a grande pergunta que traz no momento é como conseguir dinheiro em municípios pequenos? Prosseguindo, a representante da Fundação Terra, Irismar Santana, propõe que o CEDCA/PE sistematize experiências municipais na aplicação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MIROSC e apresente aos municípios como forma de auxiliá-los na sua aplicação. A conselheira Tarcina Castelo Branco esclarece que o Marco Regulatório é de natureza complexa e as organizações da sociedade civil devem saber no que incidir e como incidir. Não é possível fazer o debate de forma amadora. É papel de cada um buscar o empoderamento e conhecer a legislação. Com relação aos fundos municipais o Conselheiro Natuch Lira esclarece que a gestão do referido fundo é do conselho, sendo que cada fundo tem conta própria e não pode ser a mesma conta para manutenção do conselho. Continuando, o conselheiro esclarece que tomando como base edital do CONANDA, o Conselho Municipal do Recife baixou edital que poderá servir de modelo para demais municípios. O conselheiro Silvam Ataíde também esclarece que o edital deverá dispor dos critérios para habilitação das entidades. Entende que não se deve olhar à política como desafeto, mas como um espaço de possibilidade e de construção coletiva. O presidente do conselho esclarece que o CEDCA/PE ainda não deliberou sobre a captação de recursos por empresas. Sendo que a referida regulamentação necessariamente deverá passar pelo conselho e fará parte do seu planejamento estratégico. O presidente do CEDCA/PE propõe a constituição de uma comissão para estudar a matéria, valendo-se do apoio da Procuradoria Geral do Estado e,

inclusive, de decisões jurídicas sobre a matéria. O Conselheiro Mallon Aragão esclarece que desde o momento que o Conselho cassou a Resolução nº 19, aboliu a doação casada, e que as entidades com assento no CEDCA/PE não podem se habilitar nos editais. Prosseguindo, passou-se a composição da Agenda de Compromisso, que tomou a seguinte direção: 1. Argumenta-se que existe uma distância entre o CEDCA/PE e os conselhos municipais, bem como a centralização da formação. Nesse sentido deliberou-se pela garantia do CEDCA/PE no processo de formação dos conselheiros municipais; 2. O presidente do Conselho Municipal de Ibimirim esclareceu que a falta de apoio do gestor municipal tem dificultado o processo de formação dos conselheiros tutelares e de direito. No caso específico do município que representa um dos grandes problemas enfrentados é falta de compromisso dos conselheiros governamentais; 3. A presidente da Conselho Municipal de Arcoverde destaca que o CEDCA/PE deverá atuar nos conselhos municipais esclarecendo sobre questões jurídicas e fortalecer os plenos descentralizados como alternativa de aproximação dos conselhos municipais; 4. O representante de Tupanatinga informou que o município cancelou diárias de motoristas e conselheiros e que falta material básico para o funcionamento do conselho tutelar a exemplo de tinta e papel para impressão. Arremata afirmando que a administração não entende que o conselho tutelar tem demandas que não podem ser proteladas, tem que agir e fazer acontecer; 5. Outra dificuldade reside na conclusão dos estudos sobre a situação de crianças e adolescentes quando solicitados pelo conselho tutelar que não são atendidas a contento. Após os argumentos apresentados, o mediador Mallon Aragão, apresentou para apreciação e deliberação os seguintes encaminhamentos: 1. Efetivação da comissão para estudos dos marcos regulatórios; 2. Visitas individuais aos municípios promovidas pelo CEDCA/PE para assessorar demandas específicas; 3. Ampliar as agendas descentralizadas; 4. Melhorar a comunicação entre o CEDCA/PE e os conselhos municipais e tutelares; 5. Formação específicas para fundamentar a atuação dos conselhos; 6. Firmar convenio com a Escola de Conselhos para garantir a formação; 7. Promover uma avaliação interna para verificar se a Escola de Conselho está dando conta das demandas de formação ora formuladas; 8. Provocar os municípios para que cumpram suas funções institucionais referentes aos conselhos tutelares e de direitos; 9. Discutir a estruturação dos conselhos tutelares e de direitos; 10. Garantir o repasse regulares dos fundos; 11. Promover formação específica sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MIROSC; 12. Interiorizar as formações. Submetido ao regime de votação os encaminhamentos foram aprovados por todos os conselheiros presentes. Após a aprovação, o presidente retomou a coordenação dos trabalhos e informou da necessidade dos conselhos municipais inscreverem os seus respectivos fundos no Ministério dos Direitos Humanos. Ainda destacou que se faz necessária a aproximação do CEDCA/PE dos municípios e que o Conselho tem consciência dessa necessidade, tanto que se faz presente, hoje, em Arcoverde. Afirma que os gestores que tem assento em conselhos sabem o que é contingenciamento. Defende que para revisão da problemática se faz necessário ter clareza de onde se quer chegar. Contudo, dizer como a política deve ser executada necessariamente não implica em fechar as portas. Encerro com a palavra união, o momento é único, todos sabemos onde queremos chegar: garantia e efetivação dos direitos de crianças e adolescentes. Por fim, agradeceu a presença e participação de todos, dando por encerrada a Assembleia.

EDUARDO FIGUEIREDO
Presidente do CEDCA/PE